

A RECONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE: DA EXPANSÃO COLONIAL ÀS INTENÇÕES DE INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

The reconstruction of amapa's bordering condition: from the colonial expansion to the transborder interaction intentions

Reconstruction de la condition frontière de l'amapá: depuis l'expansion coloniale jusqu'à les intentions des interactions transfrontalières

Jadson Luís Rebelo Porto¹
Universidade Federal do Amapá - Brasil

RESUMO

Este trabalho parte do pressuposto que a condição fronteira amapaense é reflexo de interesses, de construções externas, de ações políticas, econômicas e institucionais, as quais são manifestadas e contextualizadas em tempos históricos e se comportando como um "território estratégico recomposto periférico e tardio", onde observa constantes recomposições territoriais que a linde (re)constrói. Para a construção das ideias aqui sugeridas, serão adotadas as abordagens de David Harvey sobre Desenvolvimento Geográfico Desigual e de Milton Santos sobre o uso do território para explicar as dinâmicas e os fenômenos geográficos ocorridas na fronteira e a construção de sua condição fronteira. Para atingir os objetivos aqui traçados, partiu-se da seguinte questão orientadora: Como se comportou construção histórica da condição fronteira amapaense? Este artigo está dividido em três tópicos: no primeiro apresentam-se reflexões sobre o desenvolvimento geográfico desigual e o uso do território em seu contexto fronteiro; No segundo, discute-se a um dos aspectos sobre a fronteira, entendendo-a como um território estratégico recomposto periférico e tardio; por último, apresenta-se a condição fronteira amapaense.

Palavras-chave: uso do território; desenvolvimento geográfico desigual; Amapá; condição fronteira.

ABSTRACT

This work assumes that the Amapa's border condition is a reflex of interests, of external constructions, of political actions, economic actions and institutional actions, which are manifested and contextualized in historical times and are behaving as a "strategic territory peripheral recomposed and late", where it observes constant territorial recomposition that the border (re)constructs. For the construction of the ideas suggested here, David Harvey's approaches will be adopted about Uneven Geographic Development and also Milton Santos's approaches about the use of the territory in order to explain the dynamics and the geographic phenomena happened on the border and the construction of its frontier condition. In order to achieve the objectives described here, it was started from the orienting question: How did the historical construction of the Amapa's border condition behave? This paper is divided into three topics: on the first it is presented reflections about uneven geographical development and the use of the territory in its frontier context; on the second, it is discussed one of the aspects about the border, understanding it as a strategic territory peripheral recomposed and late; at last, the Amapa's border condition is presented.

Keywords: territory use; uneven geographic development; Amapa; border Condition.

RÉSUMÉ

Cet article suppose que la frontière de l'Amapá est le reflet des intérêts internationaux, des actions politiques, économiques et institutionnelles, qui sont exprimés et contextualisés dans les temps historiques et se comportent comme un «territoire stratégique, recomposée périphérique et tardif» où les constants reconstructions territoriaux sont (re) construit par la linde. Pour la construction des idées suggérées ici, sera adopté les approches de David Harvey sur le Développement Géographique Inégale et de Milton Santos sur l'utilisation des territoires pour expliquer les dynamiques et les phénomènes géographiques qui se produisent à la frontière et la construction de sa condition transfrontalière. Pour atteindre les objectifs décrits, nous avons commencé avec la suivante question directrice: Comment s'est comporté la construction historique de la condition frontière de l'Amapá? Cet article est divisé en trois thèmes: d'abord, nous présentons des réflexions sur le développement inégale et l'utilisation des territoires géographiques dans leur contexte transfrontalier; Ensuite, nous discutons l'un des aspects de la frontière, la considérant comme un territoire stratégique, recomposée périphérique et tardif, et, enfin, présentons la condition frontière de l'Amapá.

Mots-clés: utilisation du territoire; développement géographique inégal; Amapá; condition frontière.

INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá é um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil (juntamente com Roraima e Tocantins,

transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988). Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943)¹. A partir

de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser (re)construídos, seja para se pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público.

Este trabalho parte do pressuposto que a condição fronteira amapaense é reflexo de interesses, de construções externas, de ações políticas, econômicas e institucionais, as quais são manifestadas e contextualizadas em tempos históricos e se comportando como um “*território estratégico recomposto periférico e tardio*”, onde observa constantes recomposições territoriais que a linde (re)constrói.

Para a construção das ideias aqui sugeridas, serão adotadas as abordagens de David Harvey sobre *Desenvolvimento Geográfico Desigual* e de Milton Santos sobre o *uso do território* para explicar as dinâmicas e os fenômenos geográficos ocorridas na fronteira e a construção de sua condição fronteira.

Ao se optar pelo *Desenvolvimento Geográfico Desigual* (DGD), parte-se do pressuposto que as concentrações, as contradições e as distintas construções que as forças produtivas exercem no espaço, capazes de alterar o espaço e são as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios. Destaque-se, também, a adoção desta diretriz teórica para explicar o uso e o acesso da fronteira como parte integrante do esforço do capital em derrubar qualquer barreira espacial para o intercâmbio e conquistar espaços para acionar suas potencialidades, seus produtos e expandir sua área de influência.

Para atingir os objetivos aqui traçados, partiu-se da seguinte questão orientadora: Como

se comportou construção histórica da condição fronteira amapaense?

Este artigo está dividido em três tópicos: no primeiro apresentam-se reflexões sobre o desenvolvimento geográfico desigual e o uso do território em seu contexto fronteiro; No segundo, discute-se a um dos aspectos sobre a fronteira, entendendo-a como um território estratégico recomposto periférico e tardio ; por último, apresenta-se a condição fronteira amapaense.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E O USO DO TERRITÓRIO PARA REPENSAR A FRONTEIRA

Muito tem se discutido a respeito do debate sobre de desenvolvimento. Inúmeros economistas, cientistas políticos, sociólogos, geógrafos têm se preocupado com o tema e inserido novas abordagens para focalizar suas reflexões. Há debates profundos sobre desenvolvimento regional, local, sustentável, econômico. Enfim, é um tema com variedade e rica discussão multifocal, multiescalar e multidisciplinar que cada vez mais tem atraído pesquisadores.

Para as reflexões aqui trabalhadas, serão adotadas as abordagem de David Harvey (1990; 2004, 2005 a e b; 2006 e 2008), sobre o *desenvolvimento geográfico desigual*; dialogando com *território usado* Miltoniano (SANTOS, 1994). A partir deste diálogo, busca-se identificar as suas características e identidades para a (re)formatação da fronteira amapaense.

Segundo Harvey (1990, p. 376), o que constitui o chamado “Desenvolvimento Geográfico Desigual”² são “*las vastas concentraciones de fuerza productivas de unos lugares contrastan com*

regiones relativamente vacías. Las fuertes concentraciones de actividad em un lugar contrastan com zonas em que el desarrollo está muy diseminado”.

Esta proposta visa compreender o funcionamento do capitalismo no âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios (SANTIAGO; CARVALHO, 2008).

Considerando as várias discussões sobre o desenvolvimento regional, o seu processo de construção desigual e seus reflexos no uso do território, destacam-se duas reflexões realizadas por Santiago e Carvalho (2008): o primeiro diz respeito ao desenvolvimento desigual como resultado das adaptações humanas para as diferenciações ambientais dos países, se refletindo no modo como são criadas as especializações territoriais, divisões do trabalho e as diversidades regionais (culturas regionais). O segundo, a partir de uma interpretação geopolítica, vê as desigualdades regionais como consequência dos conflitos políticos e sociais entre forças territorialmente organizadas em diversas escalas geográficas (local, regional, nacional, internacional e global).

Essas dimensões possuem forte impacto sobre as áreas de fronteira devido às condições territoriais existentes em cada espaço de contato entre estados-nações e, principalmente, como um atributo material de valor de uso do território. Dentre essas condições, destacam-se: As escalas trabalhadas nos espaços lindeiros, que perpassam do local ao internacional; as relações sócio, econômicas e políticas trabalhadas com efeitos de *barreira* e/ou de

cooperação; as construções geopolíticas dos espaços fronteiriços conflituosos, interados ou integrados entre si; enfim, as dinâmicas espaciais existentes nos espaços fronteiriços e suas construções para relações transfronteiriças fazem com que sejam adequadas o uso do DGD para explicar as dinâmicas, as (des)construções e as (des)organizações espaciais fronteiriços.

Outra categoria trabalhada por Harvey (2006) é a *escala*³. Esta é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. Para a construção das reflexões aqui tecidas, adota-se que a fronteira como um reflexo de ações e construções pelo/do capital ou pela/da política externas e multiescalares. Assim, dependendo da escala de análise geográfica adotada para explicar a fronteira, os reflexos serão distintos e complementares, mas suas orientações são para atender as demandas externas.

Outro aspecto fundamental exposto por Harvey (1990, p. 180), que será aqui adotado para explicar o objeto de estudo, a construção da fronteira tardia amapaense, está no seu entendimento de que “*el capital debe 'esforzarse por derribar cualquier barrera espacial...*”. Na criação/construção da fronteira (inicialmente no aspecto geopolítico e político), começam a serem criadas barreiras, as quais historicamente serão reconstruídas e reformatadas, até a criação de condições para o seu extravasamento pelo capital. Com isso novos elementos serão usados para se derrubar as barreiras outrora criadas, **tais** como: a busca pela integração física (via sistemas viários e de comunicação), relações econômicas e culturais; e interações espaciais.

Harvey (2005a) acrescenta uma outra reflexão, ao abordar o tema da sobrevivência do capitalismo à luz da análise dos “ajustes espaciais”⁴ e seu papel no interior das contradições da acumulação de capital, onde o autor chama a atenção que “expansão geográfica frequentemente acarreta investimentos em infra-estruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo)...” (op. cit., p. 10). Tais ajustes refletem na reorganização espacial e implica em novas formas de uso do território, mediante à inserção de novas elites, novos atores, novas técnicas e tecnologias, novas infra-estruturas, e novos sistemas de normas.

Adicionando a essas reflexões, para Santos (1994), é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. O autor assim distingue o território de território usado: o primeiro são formas, ao passo que o segundo são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. A inserção de novas construções espaciais e funcionamento do território, tendo por base, esta nova maneira de se analisar, pode ser muito bem adotada para explicar as horizontalidades e as verticalidades pelas quais as dinâmicas que a fronteira brasileira vem passando desde a década de 1990.

Ainda no contexto, adota-se, aqui, a importância das reflexões de Santos (1996, p. 46-49) a respeito da “idade de um lugar”. O autor relembra os critérios históricos e geomorfológicos

que são adotados para se explicar essa “idade”. Contudo, ele insere a atuação da técnica como elemento para exercer papel semelhante àqueles critérios. Pois “a materialidade artificial pode ser datada por intermédio das técnicas (...). As técnicas são um fenômeno histórico”.

Saquet (2002, p. 11), ao resgatar as reflexões miltonianas (SANTOS, 1996) sobre a dialética espaço-tempo, enaltece “que cada momento histórico tem seu tempo e seu espaço e cada espaço tem seu tempo, resultado do encontro dos eixos do tempo histórico e do tempo das coexistências”. Com isso, reforça-se a necessidade de se observar a fronteira com outros olhos, não como borda, periferia ou limite, pois o tempo de sua construção, de sua organização, de suas dinâmicas são distintas de qualquer outro espaço de uma nação.

À medida em que a fronteira se insere, ora com mais profundidade, ora com mais superficialidade no circuito internacional, ela pode ser analisada como porta de entrada de um país, como também pode ser a última a ser alcançada. Pode ser analisada como uma rota de passagem à medida em que inte(g)rações espaciais sejam mais estimulados (como acontece em várias fronteiras européias quando foi criada a União Européia), ou como ponto de distribuição, quando são criadas condições comerciais de parada, a exemplo dos *duty free* na linha de fronteira⁵.

Santos (1996, p. 48), sugere que é “o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica”. E não há técnicas isoladas, bem como ao verificar o efeito de idade

de uma delas é sempre condicionado pelo da outra. Assim, os lugares redefinem as técnicas. Ou seja, há um “acontecer solidário” (op. cit., p. 132) que definirá um espaço.

Santos (2004) ao elaborar uma abordagem teórica da urbanização em países subdesenvolvidos, elabora uma reflexão que chamou de “circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”. Esses circuitos são compostos por dois subsistemas: o *superior* e o *inferior*. Enquanto o primeiro é definido pela sua forma de organização, o segundo é um produto da modernização e que está em processo de transformação e adaptação permanente (p. 39). Ou seja, o que está em jogo são: comportamento e uso do território; o conjunto de atividades realizadas em certo contexto e; o setor da população envolvida essencialmente pela atividade e pelo consumo.

No entendimento de Santos (2004, p. 32) a história, a formação e a transformação dos espaços periféricos, confunde-se com a história dos países-pólos, que os identificou como “espaços derivados”, e que dependem de dois fatores: 1) o momento da intervenção das primeiras forças externas; e 2) os impactos sucessivos de outras modernizações.

FRONTEIRAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO ESTRATÉGICO RECOMPOSTO PERIFÉRICO E TARDIO

As discussões sobre fronteira é muito presente na literatura de geopolítica, geografia política, ciências políticas, economia, dentre outras ciências. Para melhor orientar nossas discussões, adotar-se-á as observações de Silva (2013), que identifica a fronteira franco-brasileira como um

“território estratégico recomposto”. Acrescente-se a esta diretriz inicial, o entendimento de Porto (2010a e b) que esta fronteira também é *periférico/estratégica* ou *estratégico/periférica*, e a interpretação de Porto e Theis (2013) que esta fronteira também é *tardia*.

Além de existir diferentes maneiras de se analisar a fronteira e suas dinâmicas territoriais, o que se deve evidenciar nas reflexões aqui estabelecidas são as constantes recomposições territoriais que a linde (re)constrói, ora como barreira, ora como cooperação. Contudo, quando essas recomposições ocorrem no processo de transição de barreira para cooperação, os *ajustes espaciais*⁶ são criados para os novos usos do território, ampliando seu grau de relações espaciais fronteiriças para imprimir um enfoque transfronteiriço. Com isso, mudanças estruturais modificam as estratégias territoriais para o desenvolvimento lindeiro.

À medida em que as fronteiras se tornam cada vez mais interativas e integradas, percebe-se o desenvolvimento de uma sociedade em movimento mais ou menos marginal, muitas vezes conquistadora e outras vezes na defensiva; e podem também caracterizar-se por distintos gradientes de abertura para a circulação de pessoas e bens de um lado ao outro.

Ou seja, à medida em que sistemas de engenharia são construídos para garantir maior intensidade, densidade e fluidez na fronteira, tornando-a transfronteiriça em seu espaço relacional, com a construção de rodovias, pontes, túneis, as relações extrapolam o entorno onde tais são afetados, seja estimulando novos ritmos e dinâmicas territoriais, seja

reorganizando novas dinâmicas territoriais⁷.

Des-re-territorializando a fronteira.

Silva (2013) ao expor que a fronteira amapaense como um *território estratégico recomposto*, entende que este espaço é conectado a espaços mais dinâmicos, articulando-se a interesses externos, integrando-se à rede de relações sociais, espaciais, econômicas e políticas, cujos territórios são recompostos em sua forma e em seu conteúdo. Contudo, não basta estar ou ser apenas conectado, mas também deve ser acionado e usado pelo capital a fim de ampliar e consolidar a sua reprodução, como também serem instalados constantes *ajustes espaciais* para garantir a melhor reprodução do capital⁸. Quanto maior a densidade das articulações criadas e construídas, mais estratégico este território se configura. Quanto mais acionados são, mais agentes transformadores do espaço se manifestam, interagem no território, e são estimulados, recompondo as estratégias territoriais outrora inseridas, as suas dinâmicas e configurações territoriais.

Sejam quais forem as ações do capital, dependendo da escala de análise geográfica adotada para explicar a fronteira, os reflexos serão distintos e complementares, mas suas orientações são para atender as demandas externas. Com isso, Ruckert e Dietz (2013) entendem que esses usos *“estão mudando em processos de negociações multiescalares envolvendo os agentes ou policymakers das políticas externas dos países e um grande conjunto de atores nas escalas local e regional-fronteiriça, caracterizando novas formas de governança em locais outrora, em geral, pouco conectados aos centros de poder”*.

A integração física da fronteira com outros espaços é fundamental para garantir a sua maior

intensidade, densidade e fluidez de contato para além de sua área de atuação. Isso fortalece o entendimento de que a construção da fronteira é externa. Com isso, há mudanças de comportamento dos efeitos que ocorrem na fronteira, de *barreira para cooperação*, mediante relações transfronteiriças corroboram para a adoção do *uso político do território, novos usos do território, ajustes espaciais, negociações multiescalares e, processos de transfronteirização*.

Ao se adotar o pensamento miltoniano (1996) para se pensar o uso da fronteira como uma indicação da *idade do lugar como materialidade artificial*, e indicando a fronteira amapaense como uma fronteira tardia, entende-se que esta fronteira tardia é decorrente da materialidade artificial em que os sistemas de objetos e de normas existentes não são suficientes para atender as novas dinâmicas territoriais, mas que exigirá a criação de novas normas e estruturas físicas visam estabelecer critérios para o (des)uso ou o não uso do território.

Por mais que as conexões mais intensas entre o Amapá e o exterior tenham sido ampliadas a partir da década de 1950 com a exploração managanesífera por via marítima, a conexão com o Centro-Sul brasileiro foi estimulada com a construção da rodovia Belém-Brasília, na década de 1960.

Mello (1998) afirma que o Brasil possui um *capitalismo tardio*. Carvalho (1999), insere a Amazônia nesta discussão e indica-a como *um capitalismo tardio periférico*. O caso amapaense, Porto tem trabalhado em várias ocasiões como *um capitalismo tardio periférico da periferia*, ao analisar a construção de suas relações econômicas após a década de 1940, sendo que a

fronteira norte amapaense, a partir de Macapá, foi conectada via rodoviária após a década de 1980, mas com Caiena, somente em 2004. É dentro deste contexto que se defende a tese da fronteira amapaense com *tardia*, melhor exposta no tópico seguinte.

Neste sentido, o (des)(re)uso da fronteira e a mudança de relações fronteiriças para transfronteiriças são decorrentes das mudanças de estratégias territoriais nela inseridas, à medida em que: ocorra uma variedade de transações públicas e privadas que produzam articulações para além do local; haja orientações do Estado na gestão de suas ações e do território por ele administrado; e do maior ou menor grau de inserção do espaço limdeiro na fronteira-rede no modelo de Arbatet-Schulz (2004).

A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE: A MATERIALIDADE ARTIFICIAL HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA

Grimson (2003, p. 17), analisa as fronteiras como “os regimes de movimentos materiais e simbólicos que através delas incluem uma série de relações econômicas, políticas, sociais e culturais”. Porém, seus sentidos são decorrentes da conjunção dos seguintes elementos formadores: território: população, regimes de fluxos e de outras relações sócio-históricas.

A partir desta leitura, adota-se o debate estabelecido por Adriana Dorfman sobre o que chamou de “condição fronteira”⁹. Dorfman (2013, p. 107) apresenta a condição fronteira como

um *savoir passer* [saber passar] adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos. (...) Evidentemente, deve-se duvidar de uma condição fronteira universal, haja vista a variedade de relações que podem existir entre os fronteiriços e o território estatal a sua frente e as suas costas: o que temos idealizado aqui diz respeito à fronteira viva e vivida.

A construção histórica, social, econômica e politicamente estabelecidas pelas suas relações locais (como espaço vivo e vivido) e externas (como espaço relacional) para a construção desta *condição*, corrobora para defender a tese que a fronteira é um produto historicamente construído, reestruturado e resignificado. Com isso, a *condição fronteira* é constantemente (re)inventada. Ou seja, a cada momento histórico é refeita por ser social e politicamente estabelecidas, como um espaço de diálogo e/ou de conflitos.

Quais seriam as características da condição fronteira? A partir das obras de Porto (2010a, b, c; 2011 e 2013) identificam-se contextos territoriais que permitam a construção de um perfil de comportamentos sociais, culturais, econômicos e políticos capazes de (des)construir os usos do território fronteiro, tais como: possibilitar conflitos entre o tradicional e o moderno; garantir ações para a (re)organização espacial e não estipular atos para a sua execução; apresenta-se como um lócus de oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território e; as novas modalidades deste

uso, dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais.

Com essas características, percebe-se que o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar. Os conflitos legais necessariamente indica a ilegalidade de ações, mas, em muitos casos, na inexistência de um arcabouço de normas direcionadas (seja às especificidades locais que a fronteira possui, seja às relações diplomáticas de um espaço ainda com manifestações de *efeito-barreira*), há necessidade de criações e construções de *ajustes espaciais* sob o foco normativo para orientar e regulamentar novos usos do território.

Porto (2010a) entende que a condição fronteiriça amapaense está diretamente ligada aos movimentos de (des)construção e (des)territorialização; à grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à existência, configuração e intensidade de articulação das redes existente, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; às expectativas de integração com a Guiana Francesa; às suas restrições espaciais e; sua posição na economia-mundo como fornecedora de *commodities* e consumidora de produtos industrializados.

Quanto à construção da condição fronteiriça amapaense é embasada em três fatores: enquanto resultado de efeito-barreira; enquanto construção

de efeito-cooperação e; integrante de uma economia mundo.

O primeiro fator expõe a construção histórica e geopolítica expansionista do período colonial e dos reflexos de tratados na Europa que afetassem as fronteiras francesas. Contudo, embora as barreiras diplomáticas ocorressem, relações econômicas e sociais locais no Platô das Guianas eram exercidas. Reis (1993) e Romani (2002) relatam as interações sociais e econômicas no norte amapaense e a Guiana Francesa no século XIX.

O segundo, retrata os ensaios recentes de cooperação em construção entre Amapá e Guiana Francesa. A construção desta cooperação, por enquanto é estimulada pela: Criação de *expectativas* de interação espacial do platô das Guianas a partir do eixo Amapá-Guiana francesa; integração física entre esses espaços mediante a construção e pavimentação rodoviária Macapá/Caiena; construção da ponte binacional no rio Oiapoque; ampliação do sistema portuário de Santana (Amapá/Brasil) e; a construção institucional e diplomática de relações de cooperação.

O terceiro, envolve as funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo; em como esses territórios se envolvem nas relações econômicas mundiais; as orientações para a formação e formatação desses territórios são de origem externa, a exemplo das ações de empresas internacionais que exploram seus recursos naturais ali instaladas, da grande *magnitude do Estado* em ambos territórios; à inserção da Guiana Francesa nas políticas da França e União Européia, como Departamento Ultramarino e Ultraperiferia, respectivamente; à inserção da Estação Espacial de Kourou, como um

centro de altíssima tecnologia da União Européia; ao posicionamento geográfico na foz do rio Amazonas e no ambiente amazônico, cujo potencial biodiverso é elevado a enésima potência quando inseridas técnica e tecnologia ao seu uso e exploração.

Com esses fatores, a condição fronteira amapaense tem se apresentado como resultado:

- de orientações externas e transoceânicas quanto à sua função territorial, enquanto fornecedor de *commodities* e enquanto vizinho (e subutilizado) de um espaço inserido em investimentos de altíssima tecnologia que extrapolam os interesses locais;

- das tensões e contradições multiescalares existentes entre a realidade local-regional;

- do exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeados por sistemas econômicos e redes geográficas das mais variadas;

- de acordos formais dos territórios estatais próximos fisicamente e informais pela população instalada e interagida;

- de uma fronteira porosa, permeável, onde a população, mercadorias, drogas, ouro circulam sem o controle e a fiscalização do Estado;

- de acordos formais internacionais que envolvem: soberania (reconhecimento de fronteiras), meio ambiente (criação de Unidades de Conservação), e construção de novas cooperações internacionais de cunho sócio-econômico que visam ações integradas; e

- da recente necessidade de se construir políticas territoriais conjuntas e solidárias entre Amapá e Guiana Francesa.

Neste sentido, a fronteira amapaense por um lado, é considerada na escala nacional como

periférica, mas também é extremamente *estratégica* na internacional, pois, sobre esta última condição, se articula com um membro integrante da União Européia (Guiana Francesa) e possui matérias-primas de elevado interesse mundial: Minérios, alimentos, biodiversidade, água potável, serviços ambientais e, mais recentemente (2013), a descoberta e intenção de exploração de petróleo na plataforma continental em frente à costa amapaense.

Após os reflexões até agora aqui executadas sobre a fronteira, propõe-se que a fronteira amapaense se apresenta como uma *fronteira tardia*, mediante aos seguintes fatores:

- a sua articulação em um mundo globalizado em rede, encadeado com outros macrossistemas já existentes e em construção. No lado brasileiro teve o seguinte comportamento: iniciada na década de 1970, com a construção da rodovia BR-156, concluída na década de 1980, reinício de sua pavimentação de 500 km no primeiro decênio do século XXI (até 2013, esta pavimentação não havia sido concluída). No lado da Guiana Francesa: A Rodovia Caiena-Saint-Georges foi iniciada em 1998 depois do encontro Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso em Saint-Georges, inaugurada no final de 2003 e aberta em 2004, quando foi inaugurada a ponte de Reginá, no rio Approuague, permitindo a ligação Caiena-Saint-Georges sem interrupção. A conexão entre as rodovias brasileira e guianense ocorre na Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, que foram concluídas em junho de 2011. Mas até 2013, a obra não havia sido inaugurada e seu trânsito não estava disponível¹⁰.

- as articulações mundiais foram afetadas por uma série de crises econômicas

(eminentemente financeiras) após a década de 1980 (HARVEY, 2008). Essas crises afetaram as dinâmicas e políticas territoriais dos ex-Territórios Federais, na sua estadualização (PORTO, 2003) e nas suas dinâmica e configuração econômica;

- a inexistência de orientações legais, por vezes diplomáticas, envolvendo os dois lados da fronteira, embora haja articulações econômicas locais;

- a necessidade de constantes *ajustes espaciais* de diversas espécies e categorias (PORTO et. al., 2007), reforçando o posicionamento de Becker (1983, p. 17) ao relatar sobre o papel mediador do Estado entre os interesses nacionais e o espaço mundial;

- as construções de propostas de elevados investimentos em infra-estrutura após a década de 1990, a exemplo do que ocorreu na América do Sul pelo IIRSA e do INTERREG IV - PO Amazonie (PORTO; SANTOS, 2012; SANTOS, 2013);

- as suas relações, são pensadas e legisladas à distância, cuja construção e articulações primam para atender o externo. Embora seja um espaço de oportunidades, de tolerâncias, flexibilidades e mobilidades, não objetivam atender o local (PORTO, 2010a), reforçando o posicionamento de Becker (1983, p. 18) ao observar que o espaço não possui identidade própria.

- a forte participação de capital estrangeiro na exploração de seus recursos naturais após a década de 1950;

- a sua inserção do comércio internacional, como vitrine de produtos na criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (1992)¹¹ e da Zona Franca de Santana (2008);

- Possui cerca de 70% de seu espaço com algum grau de restrição de uso a partir do primeiro decênio do século XXI¹²;

- as expectativas da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal brasileiro e sua articulação com os planos da IIRSA¹³ e com o PO Amazonie/INTERREG;

- a construção não dialogada de CT&I entre Amapá-Guiana Francesa até 2011, porém com ensaios de cooperação sendo elaborados.

- as (re)articulações econômicas e culturais com a Guiana Francesa, estimuladas pela pavimentação da rodovia BR- 156 e a construção da ponte binacional entre Oiapoque (BR) e Saint-George (GF);

- a construção de novas políticas de relacionamento Brasil/França, bem como seus reflexos nos demais países localizados no norte da América do Sul; e

- a nova articulação internacional em construção no espaço amapaense extrapolou o circuito flúvio-marítimo estimulado pelo porto de Santana após a década de 1950, quando foram construídos novos eixos de circulação no platô das Guianas¹⁴.

No primeiro decênio do século XXI, o rodoviário, que articulado ao portuário, torna a condição fronteiriça amapaense extremamente estratégica. Foi concluída a construção da ponte binacional entre Brasil-França, embora não houvesse sido inaugurada até 2013. Assim, a BR-156, a ponte binacional e o porto de Santana são envolvidos em políticas e investimentos internacionais de integração territorial. Ou seja, o Amapá é o ponto de contato em duas dessas políticas e investimentos: o IIRSA e o

INTERREG. Acrescente-se, também, que esses sistemas de engenharia também integram o rol de investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Brasil.

Ao inserir a Guiana Francesa nas análises sobre a fronteira amapaense, Porto e Santos (2012), entendem que embora esta não se encontre no continente europeu, recebe todas as dinâmicas e diretrizes territoriais européias, pela União Europeia¹⁵. Com isso, o objetivo de integração envolvendo este Departamento Ultramarino e ultraperiferia francesa, assenta-se principalmente na integração regional e na de blocos econômicos entre o Mercosul e União Européia, pelas seguintes propostas: INTERREG III e IV¹⁶ e o PO Amazonie¹⁷. No Brasil, o único ponto de contato entre essas políticas de Integração localiza-se no município de Oiapoque. Esta condição é estratégica para o Estado do Amapá e para o Brasil.

Por outro lado, Porto, Superti e Silva (2013) entendem que para o caso amapaense, a fronteira setentrional não se refere somente à fronteira continental. Pois a articulação efetiva que ocorre com a Guiana Francesa vai além da sua articulação física via infra-estrutura (estimulada após meados da década de 1990) e de conexão entre duas cidades-gêmeas. Esta conexão representa: interação com a zona do Euro; o ponto de contato entre dois blocos econômicos (Mercosul/União Européia); o ponto de conexão entre duas políticas de integração internacionais (IIRSA e INTERREG); conexão imediata com o espaço da OTAN; proximidade com área científica de ponta, pela estação espacial de Kouru (estação esta que é integrante de estratégias científicas da União

Europeia); a alternativa de mobilidade do comércio exterior da Guiana Francesa pelo Porto de Santana em relação ao porto guianense; a possibilidade de produtos industriais brasileiros se expandirem ao norte da América do Sul, em um espaço com moeda forte (o euro). Este é o único ponto da fronteira brasileira que possui tal característica, invertendo as relações transfronteiriças.

Acrescente-se, nesta reflexão acima, que o Amapá é um espaço litorâneo, com um sistema portuário capaz de receber embarcações semelhante aos principais portos da América do Sul. Considerando que a partir dos portos o mundo é o limite, as relações entre os espaços transcontinentais ocorrem sem que haja a conectividade imediata; ou seja, há uma conectividade relacional. Pelo porto de Santana, o espaço relacional do Amapá chega à China, segundo a sua pauta de exportações.

Com as expectativas da integração física do Amapá com o platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, Porto, Superti e Silva (2013) defendem a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a relação fronteiriça com o vizinho francês será uma *relação inversa*, pois o Brasil, pelo Amapá, é vizinho à zona do Euro (moeda mais valorizada em relação ao Real), ou seja, as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira (PORTO, 2010a).

A ligação da Guiana Francesa com o Amapá se apresenta como uma opção de acesso pelo porto de Santana que, além de oferecer uma alternativa para abastecimento e escoamento de mercadorias oriundas do Brasil, possui

condições técnicas geográficas, geomorfológicas e climáticas atraentes para a economia do Platô das Guianas (CASTRO; PORTO, 2007; PORTO, 2013).

É a partir do porto de Santana que a fronteira amapaense se mobiliza, pois as mercadorias e o movimento demográfico obrigatoriamente tem que passar pelas suas estruturas. A sua articulação com o eixo rodoviário amapaense consolida o sistema urbano de Macapá-Santana como uma rota de passagem e ponto de distribuição de produtos para as relações comerciais locais e transfronteiriças. Isto se deve à conexão dos espaços consumidores de produtos industrializados a partir de Macapá-Santana, através do sistema portuário de Santana e do sistema comercial de Macapá (Atacadista e varejista) e mediante às suas articulações com as modalidades rodoviária, ferroviária, fluvial e marítima.

Ao se observar a condição fronteira amapaense e a sua construção de conexões espaciais, Porto e Silva (2009, p. 264) entendem que

(...) a conexão fronteira entre Brasil e França tem estimulado muito mais um processo de interação do que de integração econômica, sob a perspectiva da fronteira-rede, haja vista que o interesse maior das macropolíticas elaboradas por agentes nacionais e internacionais objetivam a ativação de apenas alguns pontos nesse novo uso do território amapaense.

A reflexão da fronteira amapaense como *tardia*, não significa afirmar que seja ultrapassada, mas indica uma expectativa de inserção na economia-mundo moderno, pois

detém todas as condições para se construir um território moderno e sustentável. O Estado do Amapá é um espaço de oportunidades e de esperanças; é amazônico; é possuidor de biodiversidade variada e de minérios de interesse internacional, posicionando-o como estratégico; vizinho a um centro tecnológico (Centro Espacial de Kouru); localizado na foz do rio Amazonas (fornecedor de alimentos); receptor de investimentos internacionais, que poderiam investir em agregação de valor dos produtos por eles extraídos.

A modernização não implica em inserir técnicas e tecnologias novas e modernas, mas implica em modernizar toda a estrutura educacional, infra-estrutural e de normas que permitam acompanhar as mudanças exigidas; planejar a condição urbana e as organizações das cidades. Isso, necessariamente, também implicará: ou no metamorfoseamento da elite instalada para acompanhar tais mudanças, ou inserção de elites modernas externas, ou na criação de novas elites tecnificantes e tecnificadoras.

CONCLUSÕES

Para a elaboração desta obra, escolheu-se as abordagens sobre o *desenvolvimento geográfico desigual*, os *sistemas de objetos, de normas e de ações*, reflexões sobre *fronteira* e a sua função na economia-mundo. O diálogo entre tais abordagens indica que a fronteira possui uma construção que levam em consideração vários aspectos e fenômenos geográficos capazes de criar, construir, configurar, organizar, formatar diversas maneiras de usar o território.

Neste sentido, pode-se entender que a fronteira, além de não possuir uma identidade própria, é uma construção externa; É um resultado de adaptações humanas; Participa de eventos de um acontecer solidário e contraditório que são expressos nos efeitos-barreira e nos de cooperação. Tais características explicam o porque de muitos habitantes de espaços fronteiriços não possuírem sentimento de pertencimento ao seu espaço vivido, embora vivam nele.

Ao se adotar a diretriz que a fronteira amapaense como um *território estratégico recomposto periférico e tardio*, onde o *território* delimita seu espaço de atuação; o *estratégico*, sua intenção de atuação; e o *recomposto*, no uso de formas e dos conteúdos espaciais a partir de suas articulações criadas e construídas de seus ajustes espaciais em cada momento histórico; *periférico* nos discursos de seus representantes e; *tardio* na criação/construção de condições para o uso de seu território. Por isso, as análises sobre a fronteira deve ser multifocal, multiescalar, multitemporal e multirelacional

Neste sentido, percebe-se que em cada momento histórico o espaço se apresenta com uma identidade, espaços relacionais distintos em sua construção histórica, ajustes espaciais para a reorganização, reformatação e reestruturação territorial. É sob este prisma que a fronteira tem se analisado. Adota-se nestas reflexões os efeitos barreira e cooperação para identificar em como esses efeitos tem se manifestado no território para identificar os movimentos que os fenômenos geográficos exercem para interagir espaços, com isso, se articular em rede com o externo.

O uso do território fronteiriço amazônico aqui exposto a partir da experiência dos Territórios Federais, em particular do caso amapaense, evidencia:

- A sua construção espacial é externa, sem realidade própria, com invenções para os usos de seus produtos, para e de seus espaços.
- O uso do território amapaense como um *grande negócio* por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e Concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos.
- É um espaço mutidimensional por se apresentar como um espaço: de atuação do/de estado; governamental; com investimentos públicos e privados; articulados em rede, inicialmente aproveitando as vias naturais potamográficas para acessar espaços e produtos amazônicos, posteriormente pelas construções de integração física por sistemas de engenharia.
- Sua articulação espacial envolve dois momentos: o de relação *fronteiriça* e o de interação *transfronteiriça*. O primeiro diz respeito ao forte comportamento do *efeito-barreira fronteiriço*. No segundo, referencia a gradual transição para a construção de, inicialmente, *ensaios de cooperação transfronteiriça*.
- A condição fronteiriça amapaense tem sido efetivada pela sua construção histórica e geopolítica do período colonial; de ensaios recentes de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa e; a identificação das funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo.

- Os resultados que a construção da condição fronteiriça envolvem elementos e fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e territoriais inerentes às dinâmicas que o próprio espaço (trans)fronteiriço constrói; uma relação territorial que expressa um capitalismo tardio periférico da periferia; a grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; estimuladora à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à existência, configuração e intensidade de articulação de redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; formadora de expectativas de integração com a Guiana Francesa; configuradora de restrições espaciais; fornecedora de *commodities* e; consumidora de produtos industrializados.

- A fronteira amapaense entre 2004 e 2013 se encontrava em um processo de transição de *efeito-barreira* para *efeito-cooperação*, em um comportamento híbrido, pois a ponte não havia sido inaugurada; as normas e acordos diplomáticos ainda não chegavam a um consenso; o eixo rodoviário Macapá/Oiapoque/Caiena mostrava um embrião de interação espacial; Acrescente-se, também, que ensaios de cooperação Brasil-França, representados pelo Amapá-Guiana Francesa, foram criados e estabelecidos.

NOTAS

¹ Doutor em Economia. Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Blumenau; Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá.

E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br. Homepage: www.jadsonporto.blogspot.com.

¹ Sobre os Territórios Federais, vide Medeiros (1944; 1946); Mortara (1944); Benevides (1946); Temer (1975); Mayer (1976); Freitas (1991) e; Porto (2003).

² A versão mexicana, o termo é conhecido como "*desarrollo geográfico poco uniforme*".

³ Segundo Harvey (1990, p. 109), "*as escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende [...] das inovações tecnológicas [...] bem como de várias condições político-econômicas mutáveis [...] elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo em que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes*".

⁴ Segundo Harvey, (2005a, p. 9), "*a tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de superacumulação*".

⁵ Em 10 de setembro de 2012, foi sancionada a Lei Ordinária 12.723/2012, que autoriza a criação de lojas francas, as *duty free shops*, na fronteira. Os estabelecimentos poderão ser instalados em cidades que tenham uma "cidade gêmea" do outro lado da linha divisória nacional.

⁶ Na versão brasileira dos "Limites do capital" (2013), na introdução à edição inglesa de 2006, Harvey indica que "*ajustes espaciais*" são entendidos como *expansões reestruturações geográficas* (p. 22). Porto *et. al.* (2007), por sua

vez, interpretaram que “*ajustes espaciais*”, são as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital. Os *ajustes espaciais* permitiram que o Amapá fosse (re)acionado pelo capital interessado pelas suas potencialidades naturais, inicialmente mineral (manganês, ferro, ouro, caulim, tantalita, cromita); posteriormente por terras para silvicultura, alimentos (pesca, açaí) e cosméticos (óleo da castanha); pelas relações comerciais internacionais via exportação de *commodities* e importação pela ALCMS; e, mais recentemente, pela inserção do Amapá na oferta de serviços ambientais, pelo crédito de carbono (2010); pela inserção de banda larga, vinda pela Guiana Francesa, via rede mundial da internet (2013); e pela oferta de exportação energética (previsto para 2014). A fronteira amapaense se torna mais articulada e mais dinâmica, mais global (PORTO; SUPERTI; SILVA, 2013), embora seja *tardia*.

⁷ Sobre a definição do adjetivo transfronteiriço acata-se de Reitel e Zander (S/D) *apud* Rückert e Grasland (2012, p. 94) que assim explicitam: O adjetivo transfronteiriço traduz a travessia, a passagem, a transgressão: ele se aplica a priori a todo movimento, toda relação através de um limite político entre dois Estados. No entanto, a noção de transfronteiriço(a) é profundamente ligada a de proximidade, às relações entre dois Estados acentuando, em regra, o transnacional. As relações transfronteiriças se estabelecem entre unidades espaciais pertencentes a duas regiões contíguas separadas pelo limite do Estado.

⁸ Segundo Harvey(1990, p. 445), “*no existe un 'arreglo espacial' que pueda contener a la larga las contradicciones del capitalismo*”.

⁹ Esta categoria foi apresentada em uma mesa redonda do XII Encuentro de Geógrafos Latino Americano, em Montevideu (2009) por Adriana Dorfman. Em 2013, a autora resgata a categoria e compara os casos de riograndense e amapaense.

¹⁰ Até a elaboração desta tese, a travessia de automóveis da Guiana Francesa ao Brasil era feita por balsas. Contudo, a recíproca não ocorria. Não havia circulação de carros brasileiros na Guiana Francesa por dois motivos: a) os veículos brasileiros não são adequados às exigências legais francesas quanto ao controle ambiental; b) O preço da gasolina na Guiana Francesa é maior que no Brasil. Em 2013, este combustível custava aproximadamente R\$ 5,00 em Caiena; em Macapá, R\$ 2,80. À título de comparação, o litro de gasolina em Santa Helena (Venezuela) era de R\$ 0,14 no mesmo período.

¹¹ A ALCMS representou a possibilidade, da “*abertura de um leque de oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto n. 517 de 1992, que regulamentou a ALCMS*” (SILVA; PORTO, 2005, p. 4-5).

¹² Sobre esses espaços, observa-se que há a ocorrência de fatores limitantes de uso do espaço, pois retira as terras do mercado, mas não seus recursos naturais. Uma das consequências dessas

restrições de uso, é a macrocefalia urbana do eixo Macapá-Santana, pois não resta alternativas à população que não seja a ocupação da periferia urbana dessas cidades, onde se localizam os principais serviços urbanos do estado (PORTO et.al., 2009); Outra consequência diz respeito à gestão de terras. Enquanto terras federais, não há como geri-las nas escalas estadual e municipal. Considerando que mais de 80% das terras amapaenses são federais (Sob a jurisdição do INCRA, IBAMA, FUNAI), a regularização fundiária é inviável, causando, com isso, ocupações irregulares em seu espaço.

¹³ Sobre este assunto, vide: Castro; Porto (2007); Porto; Superti; Silva (2013); Silva e Rückert, (2005); Silva (2008; 2013); Superti (2011).

¹⁴ Até a década de 1960, o eixo rodoviário/ferroviário articulava o oeste amapaense com o litoral, ligando Serra do Navio ao Porto de Santana, na exportação de minérios. Na década de 1980, insere-se dois eixos de articulação. O primeiro foi a instalação do CIJ, no município de Almerim (PA) às margens do rio Jari (rio que separa o Estado do Pará do Amapá), exportando celulose, caulim, e bauxita refratária pelo rio Jari. O segundo foi a conexão via rodoviária Oiapoque-Macapá-Laranjal do Jari, pela BR-156, acessando a fronteira Amapá-Guiana (décadas de 1980 e 1990). Assim, a coluna vertebral rodoviária ficou completa no sentido Norte-Sul. No início do século XXI concluiu-se e pavimentou-se a rodovia de conexão entre Reginá e Caiena com isso, o novo eixo de articulação espacial deve ser repensada para o eixo Macapá-Caiena.

¹⁵ Segundo Fortuna (2009), *“a geografia econômica da União Europeia ultrapassou os limites do continente europeu a partir do momento em que a França incluiu os seus departamentos ultramarinos (dentre eles, a Guiana-Francesa) como parte integrante do processo de integração da União”*, no início da década de 1990.

¹⁶ Os INTERREG III e IV, visam promover a coesão econômica e social das regiões ultraperiféricas através de financiamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período de 2000 a 2006 e 2007 a 2013, respectivamente. Os objetivos prosseguidos têm como finalidade, numa primeira fase, reduzir o déficit de acessibilidade dessas regiões não só em relação ao continente europeu como também entre as regiões ultraperiféricas e no interior do respectivo território e, numa segunda fase, apoiar a competitividade das suas empresas. Para o INTERREG IV, a UE disponibilizou recursos financeiros que visam consolidar a coesão social e econômica através de apoio a projetos e atividades em três eixos: 1) projetos transfronteiriços; 2) projetos transnacionais e 3) projetos inter-regionais (CEM, 2005; CE, 2010).

¹⁷ Este programa marca a Cooperação Territorial da política de coesão europeia (2007-2013) para a Guiana Francesa, designada pela França como autoridade de gestão do programa em nome do conjunto dos seus parceiros franceses na América do Sul, ou seja, Suriname e os Estados brasileiros do Amapá, Amazonas e Pará (FRANÇA, 2007). O seu objetivo

estratégico de cooperação transfronteiriça é o “desenvolvimento territorial das zonas transfronteiriças, a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural amazônico, o desenvolvimento das atividades econômicas transfronteiriças e a coesão social” (BRUXELAS, 2008, p. 1).

REFERÊNCIAS

ARBARET-SCHULZ, C. et. al. *La frontière, un objet spatial en mutation*. EspacesTemps.net, Textuel, 29.10.2004. <http://espacestemp.net/document842.html>. Acesso em 11/07/2013.

BECKER, B. K. El uso político do territorio: consideraciones a partir de una visión del Tercer Mundo. In: *Revista Geográfica de América Central* (17-18): 13-26. Segundo semestre de 1982/primer semestre de 1983. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3014>. Acessado em 25/06/2013.

BENEVIDES, M. *Os novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguacu): geografia história e legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRUXELAS. *Programa Operacional Amazônia 2007-2013: França - Guiana*. MEMO/08/387, jun 2008.

CARVALHO, D. F. O ciclo da economia brasileira e a Amazônia na dinâmica regional centro-periferia. In: *Paper do NAEA*: 120. mai, 1999.

CASTRO, M. L.; PORTO, J. L. R. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar. *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 1, p. 51-75, 2007.

CE. Comissão Européia. *Primeiro Fórum da ultraperiferia européia*. Bruxelas, mai, 2010. Disponível em: ec.europa.eu/regional_policy/conferences/rup 2010.

CEM - Conselho Empresarial da Madeira. *Estudo sobre PME, Ultraperiferia e artigo 299º da Tratado da União Européia*. Relatório Final. Fund

Europa, fev 2005. Disponível em: www.aicopa.pt. Acesso em: 17 de abr de 2011.

DORFMAN, A. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPa, 2013.

FORTUNA, M. A problemática das regiões ultraperiféricas. In: COSTA, J.S.; NIKAMP, P. *Compêndio de Economia Regional*. Cascais: Principia, 2009. Vol. 1.

FRANÇA. *Cooperação Territoriale Européenne 2007-2013. Programme de coopération transfrontalière*. Amazonie. Programme opérationnel. Document de travail. Version 17 Août 2007. Disponível em: www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf.

FREITAS, A. *As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil*. Boa Vista, 1991.

GRIMSON, A. Los procesos de fronteirización: Flujos, redes e historicidad. In: *Frontera Territorios y metáforas*. Medellín: Hombre Nuevos Ed./INER/Universidad de Antioquia, 2003.

HARVEY, D. *Los limites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: *Revista Lutas Sociais*. Vol. 13/14, 1º sem. 2005a. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf.

_____. *A Produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005b.

_____. *Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. New York: Verso, 2006.

_____. *O Neoliberalismo: História e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

_____. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MAYER, L. R. A natureza jurídica dos Territórios Federais. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 125:15-41. Jul./set. 1976.
- MEDEIROS, O. *Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.
- _____. *Administração Territorial (Comentários, subsídios e novas leis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio: contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira*. 10ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- MORTARA, G. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. *Boletim Geográfico*. 2 (16) Jul., 1944.
- PORTO, J. L. R. A Condição Fronteiriça Amapaense: Da Defesa Nacional à Integração (Inter)Nacional. In: NASCIMENTO, D. M. *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém (PA): (NAEA/UFPa), 2010a.
- _____. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades /*. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010b.
- _____. Reinvenções do uso do território amapaense. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA/UFPa, 2010c, v. 1, p. 91-113.
- _____. Expectativas da Fronteira da Amazônia Setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. N. *Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2013.
- PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A.; BARROZO, J. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, G. M. *Do Território Federal a Estado: Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá – Brasil*. In: BRASIL, W.; MIRTIL, E.; MACIEL, F. (Orgs.). *35 anos de colonização da Amazônia: Rondônia*. Porto Velho: EDUFRO, 2007. p. 188-198.
- PORTO, J. L. R.; MENDONÇA, M.; AZEVEDO, L. R.; ARAÚJO, M. W. R. Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção. In: *Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina*. Montevideú, 2009.
- PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S. Reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá Guiana Francesa. In: SILVEIRA, E. D.; CAMARGO, S. A. F. De (Orgs.). *Socioambientalismo de Fronteiras*. 1ed. Curitiba: Juruá, 2012, v. 1, p. 101-112.
- PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. In: *Novos Cadernos NAEA*. 12 (2): 253-267, dez. 2009.
- PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V.; *Novos usos do Território amapaense: Políticas públicas, desenvolvimento, ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional*. Macapá, datil. 2013.
- PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. *A fronteira tardia no platô das Guianas: O desenvolvimento Geográfico Desigual Amapá-Guiana Francesa (1943-2013)*. PPDR/FURB, Datil. 2013. Trabalho enviado para ser apresentado no XIV Congresso Internacional sobre Integración Regional, Fronteras y Globalización en el Continente Americano / IV Seminário Reforma do Estado e Território, em Porto Alegre (RS).
- REIS, A. C. F. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Belém: SECULT, 1993. 2 v. (Série Lendo o Pará; 15).
- ROMANI, C. *“Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil”! Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. São Paulo: PPGH/IFCH/USP. 2003. Tese de doutorado. Orientadora: Margareh Rago.
- RÜCKERT, A.; DIETZ, C. I. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infra-estruturas de conexão. In: *Revista Confins*. 17 (17). 2013. Disponível em <http://confins.revues.org/8216> . Acessado em 28/06/2013.

_____; GRASLAND, C. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul – União Europeia. In: *Revista de Geopolítica*. 3(2): 90-112, jul./dez.2012. Disponível em: http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/artigo_revista_geopolitica_revisado.pdf. Acessado em 24/05/2013.

SANTIAGO, J. R.; CARVALHO, I. G. A. Teoria do desenvolvimento geográfico desigual: Uma reflexão sobre as condicionalidades de David Harvey. In: *Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento – XII Encontro Regional de Economia*. Fortaleza: BNB/ANPEC, 2008. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/teoria_do_desenvolvimento.pdf.

SANTOS, M. O retorno do território? In: SANTOS, M. et al (orgs). *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2a ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, P. G. S. *A (ultra)periferia do Platô das Guianas: Novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1987-2012)*. PPGMDR/UNIFAP, Macapá, 2013. Dissertação de mestrado.

SAQUET, M. A. *Os tempos e os territórios da Colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

SILVA, G. V. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local*. Porto Alegre, 2008. 180 f., il., anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. *Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI*. UFRJ/PPGEO, Rio de Janeiro, 2013. (Tese de doutorado). Orientadora: Lia Osório Machado. Coorientador: Jadson Luis Rebelo Porto.

_____; PORTO, J. L. R. *O comércio internacional do Estado do Amapá: condições, construções e adaptações*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG. Salvador / BA, 2005.

_____; RUCKERT, A. A. *Uma avaliação comparativa de subordinação desigual de territórios transfronteiriços periféricos: Os casos amapaense e gaúcho*. Projeto Percepções do Amapá - Macapá, 2005.

SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. *Novos Cadernos Naea*, v. 2, n.14, 2011, p.32-48.

TEMER, M. *Território Federal nas constituições brasileiras*. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.